

TRANSCORPORACAO
SEC 0748109
517799 1001760

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO
AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO DENOMINADO SEBASTIÃO
CARLOS LEITE**



RECIBO DE EXAT
06 JUN 2017
14 40
Diego

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SEBASTIÃO CARLOS LEITE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

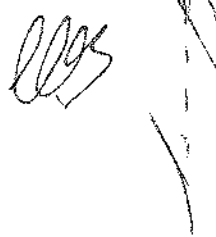
Sumário

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	4
Seção I - Das Definições.....	4
Seção II - Da Legislação Aplicável.....	4
CAPÍTULO II - DO OBJETO.....	4
Seção I - Da Área.....	5
Seção II - Do Prazo de Vigência.....	5
Seção III - Da Alocação de Riscos.....	5
CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES PARA ABERTURA AO TRÁFEGO AÉREO E EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO.....	5
CAPÍTULO IV - DOS DEVERES.....	6
CAPÍTULO V - DA REMUNERAÇÃO DO AUTORIZATÁRIO.....	8
Seção I - Das Reccitas Tarifárias.....	8
CAPÍTULO VI - DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO.....	9
CAPÍTULO VII - DAS SANÇÕES.....	10

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SEBASTIÃO CARLOS LEITE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

PREÂMBULO

A Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR, com base nos poderes que lhe são atribuídos pelo artigo 8º, inciso XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e artigo 4º, §1º, do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, vem por meio deste **Termo de Autorização** outorgar a exploração do aeródromo civil público **Sebastião Carlos Leite**, localizado na **Rua João Carneiro, S/N, bairro Santa Rita, CEP 36680-000, São João Nepomuceno/MG**, ao **Aeroclube de São João Nepomuceno**, com sede em **Rua João Carneiro S/N, bairro Santa Rita, CEP 36680-000**, inscrito no CNPJ sob o nº 20.436.861/0001-24, representada na forma de seus atos constitutivos pelo **Sr. Haroldo Nicodemos Barbosa de Castro**, brasileiro, casado, endereço **Rua Cel. José Dutra, nº 567, bairro Centro, São João Nepomuceno/MG, CPF 582.052.846-87**, doravante designado **Autorizatório**, regendo-se citado Termo pelas cláusulas e condições aqui previstas e pela legislação e normas regulamentares aplicáveis.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SEBASTIÃO CARLOS LEITE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I - Das Definições

- 1.1. Para os fins do presente Termo as expressões seguintes são assim definidas, sem prejuízo das demais definições legais e regulamentares:
- 1.1.1. **Autorizadora:** significa a União Federal, representada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, nos termos do art. 8º, XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005;
 - 1.1.2. **Autorizatário:** titular de autorização para exploração de aeródromo civil público específico;
 - 1.1.3. **Receitas Não Tarifárias:** receitas alternativas, complementares ou acessórias, obtidas pelo Autorizatário em decorrência de atividades econômicas realizadas no Complexo Aeroportuário e que não sejam remuneradas por tarifas aeroportuárias;
 - 1.1.4. **Receitas Tarifárias:** receitas decorrentes do pagamento das tarifas aeroportuárias.

Seção II - Da Legislação Aplicável

- 1.2. O Termo de Autorização será regido e interpretado de acordo com o ordenamento jurídico vigente na República Federativa do Brasil.
- 1.3. A outorga será regida pelo presente Termo de Autorização, pelo Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, e pelas Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis, notadamente as editadas pela ANAC e pelo COMAER.

CAPÍTULO II - DO OBJETO

- 2.1. O objeto do presente Termo é a outorga, na modalidade autorização, da exploração do aeródromo civil público denominado **Sebastião Carlos Leite**, localizado na **Rua João Carvalheiro, S/N, bairro Santa Rita, CEP 36680-000, São João Nepomuceno/MG**.
- 2.2. O aeródromo civil público outorgado por este Termo de Autorização destina-se exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SEBASTIÃO CARLOS LEITE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

Seção I - Da Área

- 2.3. O aeródromo está localizado em área de acordo com a matrícula de imóvel nº de ordem 8.075, livro 3-E, de Transcrição das Transmissões, às folhas 111, datado de 30 de Dezembro de 1958, do Cartório do registro de Imóveis da Comarca de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.
- 2.4. Seção II - Do Prazo de Vigência
- 2.5. A autorização para a exploração do aeródromo civil público outorgada por meio deste Termo de Autorização não terá sua vigência sujeita a termo final, extinguindo-se somente nos casos previstos no Capítulo VI deste Termo.

Seção III - Da Alocação de Riscos

- 2.6. A autorização não confere quaisquer garantias ao Autorizatário, que a executará por sua conta e risco.
- 2.7. O Autorizatário responderá diretamente por suas obrigações e por danos e prejuízos que causar ou para os quais vier a concorrer, inexistindo, em qualquer hipótese, responsabilidade por parte da União.
- 2.8. O Autorizatário não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes quando da autorização ou do início das atividades e deverá observar novas condições definidas em lei ou pela regulamentação, sem quaisquer garantias de equilíbrio-econômico financeiro por parte do Poder Público.
- 2.9. A autorização não constitui qualquer obrigação por parte do Poder Público de disponibilidade de capacidade de tráfego aéreo e de investimentos na infraestrutura de acesso ao aeródromo.

**CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES PARA ABERTURA AO TRÁFEGO AÉREO E
EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO**

- 3.1. A abertura do aeródromo ao tráfego aéreo na condição de aeródromo autorizado somente poderá ocorrer após a sua inscrição, pela ANAC, no cadastro de aeródromos, por meio de processo de homologação, conforme regulamentação específica, estando esta condicionada à prévia emissão do Termo de Autorização.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SEBASTIÃO CARLOS LEITE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

- 3.1.1. A abertura ao tráfego aéreo deverá ser obtida junto à ANAC pelo Autorizatário no prazo de até 36 meses a contar da publicação no Diário Oficial da União do Termo de Autorização.
- 3.1.2. O prazo especificado no item 3.1.1 deste artigo poderá ser prorrogado por decisão da ANAC por até igual período, mediante solicitação fundamentada do Autorizatário.
- 3.1.3. O não cumprimento do disposto no item 3.1.1 e 3.1.2 deste artigo ensejará a extinção da autorização.
- 3.2. No caso do aeródromo funcionar como aeródromo privado, devidamente registrado, este somente será aberto ao tráfego aéreo público após emissão do Termo de Autorização e homologação pela Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária, permanecendo aberto ao tráfego aéreo privado até que a homologação se conclua.
- 3.3. O Autorizatário deverá observar a legislação e regulamentação técnica aplicáveis aos aeródromos civis públicos e às operações de tráfego aéreo, em especial aquelas emanadas pela ANAC e pelo Comando da Aeronáutica - COMAER, e demais dispositivos legais e normativos aplicáveis, emitidos por outros órgãos públicos.
- 3.4. Este Termo de Autorização não substitui nem dispensa a exigência de obtenção, pelo Autorizatário, de alvarás, licenças e autorizações necessárias à sua implantação, construção e operação, além daquelas exigidas pelas autoridades aeronáuticas e de aviação civil ou as relacionadas às áreas de restrição especial previstas no art. 43 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, bem como os ônus e despesas decorrentes.

CAPÍTULO IV – DOS DEVERES

4.1 São deveres do Autorizatário durante toda a vigência do presente Termo:

- 4.1.1 atender às exigências, recomendações ou observações feitas pela ANAC, conforme os prazos fixados em cada caso;
- 4.1.2 manter, durante a execução do Termo de Autorização todas as condições exigidas na Resolução nº 330, de 1º de julho de 2014;
- 4.1.3 permitir a utilização por quaisquer aeronaves, sem distinção de propriedade

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SEBASTIÃO CARLOS LEITE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

- nacionalidade, desde que assumam o ônus da utilização e as regras de segurança, exceto se houver restrição de uso por determinados tipos de aeronaves ou serviços aéreos, por motivo operacional ou de segurança, vedada a discriminação de usuários;
- 4.1.4 cumprir integralmente com as condicionantes ambientais e medidas compensatórias das Licenças Prévias, de Instalação e de Operação do aeródromo e com novas exigências solicitadas pelos órgãos ambientais;
- 4.1.5 respeitar a restrição da capacidade de tráfego aéreo, uma vez que os aeródromos explorados diretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por concessionárias ou por empresas da administração indireta ou suas subsidiárias tem prioridade de tráfego sobre os aeródromos explorados por meio de autorização;
- 4.1.6 efetuar consulta prévia ao Departamento de Controle de Espaço Aéreo - DECEA sempre que se pretender realizar alteração na infraestrutura aeroportuária que possa afetar as atividades de controle do espaço aéreo;
- 4.1.7 autorizar o acesso de servidores ou agentes terceirizados de órgãos públicos, responsáveis por atividades nas áreas do sítio aeroportuário, observada a regulamentação vigente;
- 4.1.8 prestar informações e esclarecimentos requisitados pela ANAC, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, a todas as dependências do aeródromo;
- 4.1.9 informar aos usuários em geral, sempre que houver alteração das tarifas cobradas, o novo valor e a data de vigência com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência;
- 4.1.10 comunicar à ANAC a alteração do controle societário da sociedade empresária que detém a autorização ou, ainda, incorporação, fusão ou cisão da empresa titular da autorização previamente à efetivação da alteração societária, sob pena de caducidade, com consequente extinção da autorização;
- 4.1.11 comunicar previamente à ANAC a alteração da titularidade do direito real que possua sobre os imóveis que constituirão o sítio aeroportuário, incluídos faixas de domínio, edificações e terrenos relacionados à exploração do aeródromo, ensejando cassação da autorização outorgada a alteração que implique a perda do uso e gozo dos referidos

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SEBASTIÃO CARLOS LEITE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

imóveis;

4.1.12 responder perante a ANAC e terceiros, nos termos admitidos na legislação aplicável.

CAPÍTULO V - DA REMUNERAÇÃO DO AUTORIZATÁRIO

5.1. A remuneração do Autorizatário será composta de 2 (duas) diferentes parcelas de receita:

5.1.1. receitas tarifárias; e

5.1.2. receitas não tarifárias.

Seção I - Das Receitas Tarifárias

5.2. A remuneração pelos serviços aeroportuários prestados pelo aeródromo civil público autorizado respeitará os tipos tarifários estabelecidos na Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, e regulamentados pelo Decreto nº 89.121, de 06 de dezembro de 1983.

5.3. Não será permitida a cobrança das tarifas aeroportuárias de embarque e de conexão.

5.4. Os valores das tarifas aeroportuárias devem ser livremente estabelecidos pelo Autorizatário, ao qual cabe observar ainda o disposto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989.

5.4.1. O Autorizatário deverá efetuar o recolhimento dos valores a que se refere a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, conforme procedimento a ser estabelecido em regulamentação específica.

5.5. O Autorizatário poderá praticar valores diferenciados de tarifas aeroportuárias, baseados em parâmetros objetivos previamente divulgados, não discriminatórios e aplicáveis a qualquer usuário que atenda às condições para sua fruição.

5.6. Qualquer alteração nos tipos tarifários previstos na Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, será refletida no presente Termo, sem qualquer ônus à Autorizadora.

5.7. Não se aplicam aos Autorizatários as demais normas vigentes, de competência desta Agência, que tratam das tarifas aeroportuárias aplicáveis a aeródromos públicos, exceto quando a ANAC expressamente determinar sua aplicação.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SERASTIÃO CARLOS IETTE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

5.8. O Autorizatário deverá observar as isenções tarifárias vigentes para cada tipo tarifário.

CAPÍTULO VI - DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

- 6.1 A autorização para a exploração de aeródromo não terá sua vigência sujeita a termo final, extinguindo-se somente por:
- 6.1.1 renúncia, ato formal unilateral, irrevogável e irretratável, em que o Autorizatário manifesta seu desinteresse pela autorização;
 - 6.1.2 revogação, por motivo de interesse público;
 - 6.1.3 cassação, em caso de perda das condições indispensáveis à autorização;
 - 6.1.4 caducidade, em caso de descumprimento reiterado de compromissos assumidos ou de descumprimento de obrigações legais ou regulamentares por parte do Autorizatário; ou
 - 6.1.5 anulação da autorização, judicial ou administrativamente, em caso de irregularidade insanável da autorização.
- 6.2 A extinção da autorização não ensejará pagamento de indenização ao Autorizatário ou assunção pela União de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados do Autorizatário.
- 6.3 A extinção da autorização por revogação, cassação, caducidade ou anulação dependerá de procedimento prévio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.3.1 Em caso de arguição de cassação ou caducidade, a ANAC deverá, previamente à instauração do procedimento administrativo, comunicar o Autorizatário sobre os inadimplementos ou descumprimentos aventados, podendo estabelecer prazo para saná-los não inferior a 30 (trinta) dias.
 - 6.3.2 Instaurado o procedimento e comprovados os descumprimentos ou inadimplências, a caducidade ou cassação serão declaradas pela ANAC, observado o disposto no item 6.2.
- 6.4 A renúncia à autorização deverá ser comunicada à ANAC com antecedência de, no mínimo,

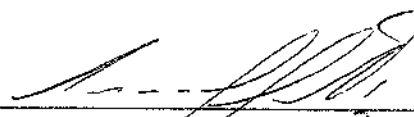

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO AERÓDROMO CIVIL PÚBLICO SEBASTIÃO CARLOS LEITE
LOCALIZADO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO/MG

noventa dias, período em que o patrimônio do aeródromo permanecerá afetado.

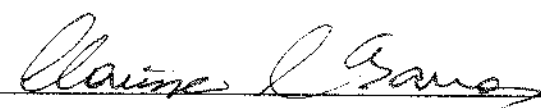
- 6.5 A renúncia não será causa para punição do Autorizatário, nem o desonerará de suas obrigações com terceiros.

CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES

- 7.1. Será aplicada multa de até 1% da Receita Bruta Anual do aeródromo por violação aos dispositivos da Resolução nº 330, de 1º de julho de 2014, e do presente Termo de Autorização, sem prejuízo da aplicação de demais sanções regulamentares, além da interdição parcial ou total e extinção da autorização, cumulativamente ou não, aplicadas no âmbito de processo administrativo.
- 7.2. Antes de se aplicar a sanção de multa poderá, a cargo da ANAC e de acordo com a gravidade da infração, aplicar a advertência, que deverá ser formal, por escrito, e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento.

AERoclube DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO
(LOCAL) S. J. NEPOMUCENO DATA 30/05/17



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC
(LOCAL) Basiléia DATA 15/08/2017

1º SERVIÇO NOTARIAL - TABELIONATO VEIGA

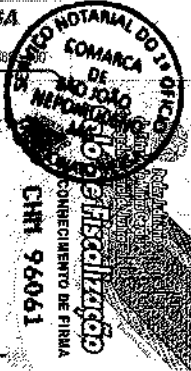
CNPJ: 20.914.514/0001-29 - Tel.: (32) 3261-1855

Rua Cel. José Dutra, 487 - Galeria - Loja 2 - Centro - São João Nepomuceno - MG - CEP: 368

Reconheço por AUTENTICA a(s) firma(s) abaixo:
(CHN96061) HAROLDO NICODENOS BARBOSA DE CASTRO *****
São João Nepomuceno: 30/05/2017 16:17:52 5828
Em testemunho da verdade.

SÉRGIO LUIS BENETTI

Emol.: R\$4,00 T.F.J.: R\$1,49 Total: R\$5,49



Isamara Bula de Oliveira Dutra
Escrevente Autorizada

Ministério dos Direitos Humanos**SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO DE SERVIÇO Nº 2017/000123 (Contratação na modalidade Produto) - Signatários: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Projeto PNUD BRA 13/017 - "Proteção integral dos direitos da criança e do adolescente fortalecida" e Joacy de Deus Pinheiro, portador do CPF nº 803.684.923-20. Para elaborar diagnóstico das ações de enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes apoiadas pelo governo federal em estados e municípios. Valor Total: R\$ 104.160,00 (cento e quatro mil cento e sessenta reais). Vigência: 31/07/2017 a 31/07/2018. Assinaturas: Didier Trebuch, Diretor de País do PNUD, em resposta à solicitação da Agência Executora, como contratante e Joacy de Deus Pinheiro, como contratado.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2017 - UASG 200263**

Nº Processo: 08000038244201723. PREGÃO SISPP Nº 1/2017. Contratante: SECRETARIA DE POLÍTICAS DE -PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL. CNPJ Contratado: 2020491000108. Contratado: LIMA E SILVA SERVICOS E -TRANSPORTES LTDA - ME. Objeto: Contratação de serviços de copeiragem composto de garçons e copeiras com fornecimento de materiais permanentes, além do fornecimento de materiais de consumo sob demanda e dedicação exclusiva da mão de obra, para atender as unidades do Ministério dos Direitos Humanos. Fundamento Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, do Decreto nº 2.271, e IN SLTI/MPOG nº 2 e suas alterações. Vigência: 21/08/2017 a 20/08/2018. Valor Total: R\$1.136.800,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800013. Data de Assinatura: 21/08/2017.

(SICON - 22/08/2017) 200263-00001-2017NE800026

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil**GABINETE DO MINISTRO****EXTRATO DE CONVÊNIO**

ESPÉCIE: Termo de Convênio de Delegação nº 10/2017, celebrado entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e o Estado da Bahia. OBJETO: Delegação da exploração do Aeroporto de Ilhéus/Bahia - Jorge Amado (SBL), localizado no Município de Ilhéus - BA, com a seguinte localização geográfica: 14°48'54" S / 39°02'00" W. PROCESSO: 00055.000410/2016-91. RECURSOS: Não implica em repasse de recursos. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 21, inciso XII, alínea "c" da Constituição Federal, artigo 36, inciso III da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e artigo 57, parágrafo único, inciso VII da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. DATA DA ASSINATURA: 22/08/2017. VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação deste extrato. PRAZO: 35 anos, improrrogável. SIGNATÁRIOS: pela União, Maurício Quintella Malta Lessa - Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e, pelo Estado da Bahia, Marcus Benício Foltz Cavalcanti - Secretário de Infraestrutura.

SECRETARIA EXECUTIVA**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 99042/2017 UASG 390015**

Número do Contrato: 99040/2015.
Nº Processo: 99-156051/AG.
INEXIGIBILIDADE Nº 79902/2015. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIACAO CIVIL. CNPJ Contratado: 04078456000125. Contratado: SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS - SOLUCOES EMPRESARIAIS L. Objeto: A UNIÃO, representada pelo Inventariante da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, comunica a prorrogação por 12 meses do contrato em epígrafe, referente a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica de centrais telefônicas. Administração Geral - AG. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Art. 57, Inc. II. Vigência: 28/07/2017 a 28/07/2018. Valor Total: R\$41.056,80. Fonte: 100000000 - 2017NE800241. Data de Assinatura: 26/07/2017.

(SICON - 22/08/2017) 390015-00001-2017NE000001

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL**EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

- 1) ESPÉCIE: Termo de Autorização;
- 2) PROCESSO nº 00058.088200/2014-24;
- 3) AUTORIZADORA: A União, por intermédio da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;
- 4) AUTORIZATÁRIO: Aeroclube de São João Nepomuceno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.436.861/0001-24;
- 5) OBJETO: exploração do aeródromo civil público denominado "Sebastião Carlos Leite", localizado na Rua João Carvalheiro, S/N, bairro Santa Rita, CEP 36.680-000, São João Nepomuceno/MG;
- 6) DATA DE ASSINATURA: Brasília, 15 de agosto de 2017;
- 7) VIGÊNCIA: o Termo de Autorização não terá vigência sujeita a termo final, extinguindo-se somente nos casos previsto no Capítulo VI do Termo assinado;
- 8) SIGNATÁRIOS: Clarissa Costa de Barros, Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos; e Haroldo Nicodemos Barbosa de Castro, representante da associação civil Aeroclube de São João Nepomuceno.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 17/2017 UASG 113214**

Nº Processo: 00058502493201717. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de solução de comunicação sem fio (Wi-Fi). Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 23/08/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Scs Q. 09, Lote C, Torre a - Ed. Parque Cidade Corporate BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/113214-05-17-2017. Entrega das Propostas: a partir de 23/08/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/09/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

BRUNO SILVA FIORILLO
Pregoeiro

(SIDECA - 22/08/2017) 113214-20214-2017NE800275

**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS****RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 20/2017**

Registro de Preços para eventual aquisição de 361 (trezentos e sessenta e um) coletes à prova de balas. Vencedora: COPLATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA. Valor Global R\$ 298.710,11 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e dez reais e onze centavos).

ADÃO CABRAL FORMIGA
Pregoeiro

(SIDECA - 22/08/2017) 393001-39250-2017NE800152

UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 25/2017 UASG 393002**

Nº Processo: 50520005167201712. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, sem dedicação exclusiva de mão de obra, das instalações prediais ocupadas pela Unidade Regional do Rio Grande do Sul da Agência Nacional de Transportes Terrestres URRS/ANTT, em Porto Alegre/RS, com fornecimento de todos os materiais e peças através de reembolso, exceto de Materiais Básicos, conforme especificações e condições gerais contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 23/08/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Avenida Ipiranga, 2897 Bairro Santana PORTO ALEGRE - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/393092-05-25-2017. Entrega das Propostas: a partir de 23/08/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/09/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ADAO CABRAL FORMIGA
Pregoeiro

(SIDECA - 22/08/2017) 393001-39250-2017NE800152

**COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO
DA BAHIA****AVISO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2017**

A Comissão Julgadora do procedimento licitatório acima epígrafe torna público, nos termos da Lei nº 8.666/1993, o resultado do julgamento do Recurso Administrativo e Hierárquico interposto pela empresa MEHLEN CONSTRUÇÕES LTDA.

A Comissão se pronunciou quanto ao citado Recurso e posteriormente o submeteu ao Superior Hierárquico, que, com respaldo em Parecer Jurídico, acompanhou a decisão da Comissão, não acolhendo o referido Recurso e mantendo a declaração da empresa ADEQUAR CONSTRUÇÕES LTDA como vencedora do certame licitatório epígrafe conforme publicado no Diário Oficial da União em 25/7/2017. Na forma da Lei, os autos do Processo encontram-se à disposição dos interessados.

Salvador, 22 de agosto de 2017.
ALEXANDRE ABREU TRANZILLO
p/Comissão Permanente de Licitação

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2017**

Objeto: Contratação de serviços de manutenções preventiva e corretiva nas instalações prediais, no sistema rodoviário interno, pátios e esplanadas, com reposição de materiais, do Porto Organizado de Salvador, localizado no município de Salvador - BA, conforme Caderno de Encargos e Especificações Técnicas. O objeto foi adjudicado à empresa CONTRATE ENGENHARIA LTDA. EPP., CNPJ nº 07.323.910/0001-54, que apresentou proposta no valor global de R\$ 1.533.700,00 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil e setecentos reais). O certame licitatório foi homologado. Na forma da Lei, os autos do Processo encontram-se à disposição dos interessados.

Salvador, 22 de agosto de 2017.
ALEXANDRE ABREU TRANZILLO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ**EXTRATO DE CONTRATO**

ESPECIE: Contrato nº 20/2017. CONTRATANTE: Companhia Docas do Ceará. CONTRATADA: BAUHAUS DO BRASIL LTDA. RESUMO DO OBJETO: Aquisição e instalação de módulos de instalações sanitárias para os trabalhadores avulsos. FUNDAMENTO: No Processo Administrativo nº 20161254, na Resolução DIREXE nº 155/2017, datada de 25/07/2017 e na Lei 8.666/93. VALOR: R\$ 67.733,00. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 20161254. DATA DE ASSINATURA: 17/08/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPECIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Operacional nº 32/2016. CONTRATADA: LÍDER CONTROLE AMBIENTAL LTDA ME. CONTRATANTE: Companhia Docas do Ceará. RESUMO DO OBJETO: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses e repactua-se o valor global do contrato de R\$ 83.000,00 para R\$ 79.500,00. FUNDAMENTO: Processo nº 20160223-2, na Resolução da DIREXE nº 161/2017 de 25/07/2017 e na Lei 8.666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20160223-2. DATA DE ASSINATURA: 03/08/2017.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 10/2017 UASG 399005**

Nº Processo: 1314/2016. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de locação de equipamentos de radiocomunicação, incluso na locação os serviços de fornecimento dos equipamentos e seus acessórios, instalação técnica, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento de frequências e estações junto a anatel (agência nacional de telecomunicações), quando necessário, e atendimentos emergenciais pelo período contínuo de 12 (doze) meses, para uso da guarda portuária dos portos e terminais e nas atividades operacionais das administrações portuárias administradas pela Companhia Docas do Pará CDP. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 23/08/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Presidente Vargas Nº 41 - Centro Campina - BELEM - PA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/399005-05-10-2017. Entrega das Propostas: a partir de 23/08/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/09/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital e seus anexos.

(SIDECA - 22/08/2017) 399005-39814-2017NE249400

PREGÃO Nº 11/2017 UASG 399005

Nº Processo: 1397/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de uniforme para os integrantes da guarda portuária da companhia docas do pará CDP, para um período de 12 (doze) meses de acordo com termo de referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 23/08/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Presidente Vargas Nº 41 - Centro Campina - BELEM - PA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/399005-05-11-2017. Entrega das Propostas: a partir de 23/08/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/09/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Editais e anexos

CLAUDIO RIBEIRO DO NASCIMENTO
Pregoeiro

(SIDECA - 22/08/2017) 399005-39814-2017NE242200